

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.25, n.11-12, p.1-30 novembro/dezembro 2003



## SUMÁRIO

---

A	evolução da economia paranaense em 2003 <i>Gilmar Mendes Lourenço e Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	3
I	nterferência entre a ocupação urbana e a dinâmica natural no Litoral Sul do Paraná <i>Oduvaldo Bessa Junior</i>	13
P	araná - Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff e Shelbert Braz</i>	18
E	conomia Paranaense Indicadores Seleccionados	20

# A evolução da economia paranaense em 2003

Gilmar Mendes Lourenço\* e Julio Takeshi Suzuki Júnior\*\*

A economia paranaense reproduziu, ao longo de 2003, o desempenho setorial bastante heterogêneo verificado no país, por conta da convivência entre a forte interferência da estratégia macroeconômica de austeridade monetária e fiscal e os impulsos provenientes dos mercados externos, especialmente a elevação dos preços das *commodities* e a incipiente recuperação da economia mundial.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), decresceu 0,3% entre janeiro e setembro, quando confrontado com igual período de 2002, fruto da intensificação da orientação conservadora da política econômica, resultando na diminuição da demanda interna (consumo, investimento e dispêndios públicos), derivada dos juros reais elevados e da compressão da massa de rendimentos, que, por sua vez, foi provocada pela redução dos salários reais e pelo aumento do desemprego. Para o ano fechado, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projeta expansão do PIB de apenas 0,2%.

A superação da rodada recessiva predominante no primeiro semestre de 2003 foi insuficiente para alterar radicalmente a postura defensiva dos agentes econômicos, a ponto de o PIB do terceiro trimestre ter registrado variação de apenas 0,4%, quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, implicando revisões para baixo do desempenho para o ano completo, depois do lançamento de previsões “mal e bem-humoradas” entre 0,4% e 0,9%, feitas pelo Ministério da Fazenda, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco Central e Ministro da Fazenda.

A frustração das expectativas mais animadoras (1,2%) derivou tecnicamente da interferência conjugada da redução da safra de café e da não percepção do governo e dos *experts* dos meios econômicos da morosa capacidade de resposta dos segmentos do comércio, serviços e indústria à adoção de uma política monetária menos austera (redução dos juros e dos recolhimentos compulsórios dos bancos) desde o mês de maio.

De fato, depois de um período de retração da economia, diminuições excessivamente graduais no preço do dinheiro e ampliações na disponibilidade de crédito atingem de forma defasada o ambiente real do sistema, especialmente quando anteriores doses extras de juros reais e de carga tributária promoveram o

estrangulamento dos itens de absorção interna da demanda agregada, por meio da interrupção das decisões de investimentos produtivos, da diminuição do potencial de despesa e de inversão pública, da elevação do desemprego e da queda dos salários.

A queda acumulada do PIB só não foi mais acentuada devido à expansão da agropecuária (5,1%) e dos ramos mais articulados às exportações, pois os setores industrial e de serviços acusaram decréscimos de 0,7% e 0,3%, respectivamente. A performance negativa da indústria foi determinada pela redução do PIB da construção civil (-7,7%), dado que os demais subsetores exibiram taxas positivas, ao passo que o comportamento desfavorável dos serviços foi influenciado pelas quedas do comércio (-3,4%) e transportes (-1,6%). Já pela observação da demanda agregada, ocorreram reduções nos componentes investimento (-7,2%) e consumo das famílias (-4,2%).

A evolução da produção industrial brasileira no intervalo janeiro-outubro de 2003 confirma a situação de estagnação, caracterizada pelo avanço da categoria fabricante de bens intermediários, atrelada ao mercado internacional, e por quedas nos segmentos ligados ao consumo e ao investimento internos (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - 2003

SEGMENTO	TAXA DE CRESCIMENTO (%) - JAN-OUT
Bens de capital	-0,5
Bens intermediários	1,4
Bens de consumo	-4,5
Duráveis	-2,3
Semiduráveis e não-duráveis	-5,1
Indústria geral	0,0

FONTE: IBGE/DPE

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

\*\*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

O desempenho medíocre da economia brasileira no triênio 2001-2003 tem conduzido à precipitada interpretação de que o alcance de uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 3,0% em 2004 estaria revelando uma espécie de continuidade ampliada da recuperação dos níveis de atividade iniciada no último trimestre de 2003, como reflexo da deflagração da estratégia de flexibilização monetária praticada pelo Ministério da Fazenda do governo Lula.

Por certo, ainda que possa configurar uma reversão da tendência de ausência de crescimento predominante nos últimos nove anos no país, seria prematuro associar tal resultado ao desenho de uma nova etapa de crescimento. Isso porque, o ciclo de reativação verificado desde julho/agosto de 2003 retrata, pelo lado da oferta, movimentos não suficientemente sincronizados de desova de estoques comerciais e industriais e de redução das margens de ociosidade do parque manufatureiro, que vem esbarrando no prosseguimento do declínio dos níveis de renda e da elevação do desemprego pelo ângulo da demanda.

A esse respeito, a taxa de desemprego, medida pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país, permaneceu próxima dos 13,0% da população economicamente ativa (PEA), contra 10,5% no começo do ano. Ademais, houve uma redução do poder aquisitivo dos salários de 20% desde 1999, sendo que quase metade deste recuo teria ocorrido nos últimos doze meses.

Frise-se que essa deterioração da capacidade de compra dos salários vem acontecendo sobre uma base de rendimentos extremamente deprimida, pois segundo o IBGE a participação dos salários na renda declinou de 45,4% em 1990 para 36,1% em 2002, sendo que a dos trabalhadores autônomos caiu de 6,9% para 4,6%. Ao mesmo tempo, a remuneração do capital (juros e lucros) subiu de 32,6% para 42,0% do PIB e a receita líquida de tributos sobre a produção e a importação aumentou de 15,2% para 17,4% do PIB.

A par disso, levantamento realizado pelo Serasa constatou elevação de 5,6% da inadimplência de consumidores e empresas entre janeiro e novembro de 2003, em confronto com o mesmo período de 2002. No intervalo em tela, os juros reais e a carga tributária atingiram de forma mais intensa as empresas, que experimentaram incremento de 10,9% contra 5,0% das famílias.

Tais números apenas corroboram as avaliações correntes acerca da última década no Brasil, dando conta, de um lado, de expressiva elevação da produtividade das empresas pós-abertura comercial promovida durante os governos Collor e Itamar e, de outro, de contínua e rápida transferência de renda do setor privado (trabalhadores e organizações produtivas) para o Estado e os agentes financeiros, notadamente depois do lançamento do Plano Real, em julho de 1994.

Somente a título de ilustração, levantamento efetuado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, na primeira quinzena de novembro de 2003, reproduz uma postura extremamente cautelosa dos

varejistas diante do futuro imediato. A pesquisa mostra que apenas 40,1% das empresas comerciais ainda não encerraram as encomendas de mercadorias para suprimento do consumo de final de ano e somente 31,0% delas realizaram as contratações temporárias de mão-de-obra. O mais interessante é que dos quase 60,0% que já fecharam os pedidos, 53,6% praticamente repetiram o montante de compras realizado em 2002, contra um conjunto minoritário de 33,0% que ampliou as encomendas.

A percepção corrente é de que a passagem da etapa de recessão para a de recuperação dos negócios vem sendo determinada por fatores de alcance temporal bastante reduzido. Mais especificamente, o horizonte do reaquecimento da economia está ancorado em uma espécie de “desrepressamento” do consumo, sobretudo da demanda reprimida de bens duráveis, em razão da queda dos juros, da redução da inadimplência e do alongamento dos prazos do crediário, reduzindo o valor das parcelas.

Na verdade, a transformação de um ciclo de aquisição de bens duráveis em uma recuperação consistente, abrangente e contínua passa pelo incremento do investimento. Nesse sentido, os sinais de desengavetamento de projetos em ampliação da capacidade produtiva das plantas fabris ainda são pífios e/ou extremamente localizados nos segmentos mais articulados às exportações, beneficiados pelo reduzido dinamismo da demanda doméstica, acrescido do efeito residual da desvalorização cambial ocorrida em 2002, da depreciação do dólar frente o euro, da elevação dos preços das *commodities* nos mercados externos e da emissão de indicadores mais consistentes de reativação da economia mundial, abrangendo a recuperação de fronteiras tradicionais, como Argentina e EUA, e a ocupação de novos mercados, como China e Taiwan.

A balança de comércio externo do país contabilizou superávit superior a US\$ 22,0 bilhões entre janeiro e novembro de 2003 (exportações de US\$ 66,3 bilhões e importações de US\$ 44,3 bilhões), contra US\$ 11,3 bilhões no mesmo intervalo de 2002 (exportações de US\$ 55,1 bilhões e importações de US\$ 43,8 bilhões). A performance positiva da balança comercial esteve ancorada no *mix* entre recuperação das exportações e contração da demanda interna, pois as importações aumentaram apenas 1,1%, sustentadas nos incrementos em matérias-primas e combustíveis e lubrificantes. Do lado das exportações, coube dinamismo aos ramos do agronegócio e das indústrias de derivados de petróleo e automobilística.

Os resultados de comércio exterior asseguram inclusive a obtenção de um superávit superior a US\$ 4,0 bilhões no balanço de pagamentos em conta corrente do país, entre janeiro e novembro de 2003, ante um déficit de US\$ 7,5 bilhões em igual intervalo de 2002. Esses números acabaram compensando o drástico decréscimo dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) atraídos, que totalizaram cerca de US\$ 7,0 bilhões no período em foco, representando recuo acima de 50,0% frente a janeiro-novembro de 2002, em linha com o encurtamento da absorção interna brasileira.

Mais precisamente, as exportações foram beneficiadas pelo reduzido dinamismo da demanda doméstica, acrescido do efeito residual da desvalorização cambial ocorrida em 2002 e começo de 2003 (a decisão de exportação normalmente antecede em seis a nove meses o embarque da mercadoria), da depreciação do dólar frente o euro, da elevação dos preços das *commodities* nos mercados externos e da emissão de indicadores de reativação da economia mundial, abrangendo a recuperação de fronteiras tradicionais, como Argentina e EUA, e a ocupação de novos mercados, como China e Taiwan.

Citem-se como exemplo da tímida disposição em favor do investimento produtivo algumas constatações de recente levantamento empreendido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em outubro de 2003 junto a mais de 1.300 empresas da indústria de transformação. Segundo aquela instituição, 45% das organizações pesquisadas tencionam ampliar os níveis de investimento em 2004, contra 33,0% declarados em 2003 para o ano seguinte. Já a diminuição das aplicações em capital fixo integra os planos de 19,0% das empresas, ante 23,0% em 2002, com forte influência de ramos atrelados à demanda institucional (equipamentos para comunicações) e à construção civil (material plástico, equipamentos para instalações hidráulicas e móveis), que, por seu turno, exprimem os impactos multiplicadores da compressão da demanda doméstica.

Os projetos de expansão são liderados pelo segmento de bens intermediários (66,0%), que inclui as atividades de papel, celulose, química, minerais não-metálicos, siderurgia e embalagens metálicas e plásticas, justamente os que apresentam elevado coeficiente de exportação e/ou operam no limite técnico de plena capacidade. A categoria que aparece em segundo lugar em disposição de investimento é a de bens de capital (60,0%, contra 40% informado em outubro de 2002).

Em linha contrária, aparecem os ramos fabricantes de bens de consumo, para os quais somente 33,0% dos informantes manifestaram desejo de ampliação do volume de inversões em 2004, contra 49,0% para 2003. Nesse segmento, predominam as indústrias têxteis, alimentícias, calçadistas, de vestuário, de bebidas e de eletrodomésticos, mais subordinadas à demanda doméstica, e registrando, ainda, elevadas margens de ociosidade.

---

*O crescimento econômico auto-sustentado do país requer a superação das barreiras conjunturais e a criação e/ou aprimoramento da retaguarda institucional/estrutural*

---

Daí que a retomada da expansão sustentada do país exigiria a priorização de duas linhas de atuação convergentes da política econômica: a busca de superação dos percalços conjunturais e a criação e/ou aprimoramento de uma retaguarda institucional/estrutural.

No campo conjuntural, cumpre reconhecer que, apesar do custo recessivo contabilizado no primeiro semestre, a condução eminentemente monetarista da gestão econômica conseguiu inverter o quadro de exacerbação de expectativas quanto à disparada da inflação, ao retorno da indexação e à falta de capacidade de pagamento da dívida pública interna.

Ao mesmo tempo, a combinação entre a manutenção dos juros reais elevados e a recessão doméstica encarregou-se de produzir expressivo saldo na balança comercial, que, ao lado do restabelecimento dos fluxos de capitais voláteis, praticamente neutralizou qualquer chance de disparada do dólar ou, ao menos, o regresso de sua cotação ao patamar de equilíbrio considerado próximo dos R\$ 3,30.

Nessas condições, urge a aceleração da marcha de queda dos juros e de reativação da renda e do emprego, requisitos mínimos indispensáveis à redução da relação dívida/PIB, e a adoção de medidas capazes de estancar a trajetória de valorização do real provocada pelo redirecionamento da maior liquidez internacional para os países emergentes, incluindo o controle de capitais e/ou a taxação de capitais voláteis. Lembre-se que a depreciação do real frente ao dólar, em linha com a inflação e descontados os ganhos de produtividade, é fundamental para o revigoramento da rentabilidade e dos investimentos dos segmentos mais voltados às exportações.

No caso dos juros, é fundamental sincronizar a marcha cadente das taxas primárias com a dos *spreads* bancários (diferença entre os encargos da concessão de crédito e os custos da captação dos recursos), tendo como alvo um patamar compatível com o retorno dos projetos produtivos, fato absolutamente ausente do cotidiano econômico a partir de maio de 2003 e explicativo da reduzida relação entre volume de crédito e PIB do país.

No Brasil, a crônica fragilidade fiscal e financeira do setor público, ao lado do enorme grau de oligopolização do sistema financeiro, estimula a implantação de uma postura passiva na montagem das respectivas carteiras, priorizando os títulos públicos pós-fixados (com liquidez e rentabilidade), a redução dos prazos dos empréstimos e a majoração do *mark-up* (*spread*).

O próprio Banco Central realiza uma decomposição do *spread* bancário no Brasil em avaliação de riscos de inadimplência (17,0%), custos administrativos (14,1%), impostos diretos (20,6%), tributos indiretos (7,9%) e margens líquidas de lucro daquelas instituições (40,1%).

Nesse sentido, nunca é demais recordar que em uma economia de mercado e aberta como a brasileira, a crescente absorção da poupança privada por parte do setor público, destinada ao pagamento dos estratosféricos juros reais da dívida mobiliária do governo federal, afeta os níveis de consumo e o fluxo de caixa das empresas. Com isso, há o comprometimento dos negócios correntes e das expectativas de lucro e de mercado dos agentes econômicos, conduzindo o sistema a experimentar a curiosa convivência entre estabilidade inflacionária e falta de crescimento da produção, do emprego e da renda agregada.

Quanto ao ataque às carências estruturais, o aproveitamento dos ventos favoráveis que sopram da economia mundial, principalmente a expansão da economia norte-americana, o começo da recuperação japonesa e a relativa estabilidade dos mercados emergentes, requer a feitura de um conjunto de tarefas caseiras. O Departamento de Comércio dos Estados Unidos estimou incremento de 8,2% do PIB daquele país no terceiro trimestre de 2003, em bases anuais, a maior expansão desde o primeiro trimestre de 1984 (9,0%), podendo atingir taxas de +3,0% e +4,5% em 2003 e 2004, respectivamente, de acordo com projeções da National Association for Business Economics (Nabe).

Do ponto de vista macroeconômico, a recuperação verificada em 2003 decorreu dos impactos dos estímulos fiscais (redução de impostos) e creditícios (juros reais negativos) concedidos aos consumidores, permitindo projetar, para o ano, variação diferenciada entre consumo e investimento de 3,1% e 2,3%, respectivamente, em face do emprego da capacidade produtiva ociosa do setor industrial, acumulada desde 2001. Neste embalo, as compras de bens duráveis atingiram o maior nível dos últimos quinze meses e os pedidos de seguro desemprego alcançaram o menor patamar em três anos.

Ainda conforme a Nabe, a dinâmica econômica dos EUA em 2004, depois de esgotado o ciclo de ocupação dos equipamentos e processos ociosos, deve ser sustentada pelo investimento, que deve registrar incremento de 10,0% contra 3,7% do consumo, reproduzido nos déficits gêmeos fiscal (US\$ 470,0 bilhões) e comercial (US\$ 550,0 bilhões), financiados pelos superávits comerciais do resto do mundo, notadamente dos países da Ásia, fato que configura um risco de depreciação do dólar que, ao final de novembro, chegou a valer 0,80 de euros.

Todavia, relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade com sede em Paris que reúne os trinta países mais desenvolvidos do mundo, exibe projeção de crescimento do PIB europeu de apenas 1,9%, em razão do ajuste fiscal necessário ao restabelecimento do equilíbrio orçamentário das duas mais importantes economias, França e Alemanha, que devem registrar déficit nas contas públicas de 3,7% do PIB no ano fiscal de 2003, sendo, pelo segundo ano consecutivo, superior ao teto de 3,0% do PIB fixado pelo Banco Central Europeu.

A propósito, em resposta aos pleitos desses dois países, foram suspensas, em novembro de 2003, as sanções previstas em tais casos, especialmente a intervenção da Comissão Executiva da União Européia nas respectivas políticas econômicas. Ainda que na prática França e Alemanha tenham que adotar medidas restritivas, essa decisão deve enfraquecer os princípios do "Pacto de Crescimento e Estabilidade da Zona do Euro", esboçados desde 1992, por ocasião do lançamento do Tratado de Maastricht.

Em paralelo, a atuação complementar das duas maiores economias asiáticas vem ensejando variação anualizada de 9,0% do PIB chinês (intensiva em mão-de-obra) e 2,2% do japonês (estrutura produtiva com

enorme densidade de capital). A despeito da desvalorização do yuan (moeda chinesa), observa-se expressivo aumento das exportações japonesas de bens de produção (peças, componentes e bens de capital) para os mercados da China e de Hong Kong. Tanto que o Instituto de Pesquisa Daiwa prevê expansão do produto japonês de 2,7% em 2003 e de 2,8% em 2004.

Contudo, o aspecto mais interessante da recuperação asiática corresponde ao fato de que a economia chinesa passa a delinear um padrão de crescimento baseado não apenas em baixos custos de matérias-primas e de mão-de-obra (cerca de 5% da americana e de 30% da mexicana, por exemplo), mas incorporando inversões em educação básica e pesquisa e desenvolvimento, o que permite antecipar um quadro de elevação dos salários reais a longo prazo.

Esse cenário mais animador deve repercutir positivamente no comércio mundial, e particularmente nas contas externas do Brasil, numa etapa em que a provável reação da demanda doméstica poderia comprometer os saldos comerciais. Isso é especialmente verdadeiro quando se consideram as projeções de déficit em transações correntes, IDES e pagamento de amortizações de dívidas em 2004 de US\$ 4,6 bilhões, US\$ 13,0 bilhões e US\$ 44,0 bilhões, respectivamente.

Voltando à lição de casa, esta deve abranger a formulação de políticas industriais ativas acompanhadas do estabelecimento de um padrão de financiamento e de promoção comercial voltado à orientação e indução das escolhas estratégicas das empresas. As ações microeconômicas devem ser dirigidas ao melhor aproveitamento do potencial do mercado interno, à maior geração de valor agregado, ao desenvolvimento tecnológico e à melhoria da competitividade e diversificação do perfil e do destino das exportações.

Aliás, esse é o eixo do documento "Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior", divulgado no final de novembro de 2003, ainda dependente de ampla discussão com os agentes econômicos e sociais envolvidos, dadas as suas características bastante gerais, particularmente quanto aos meios de execução de ações especiais para os ramos de semicondutores, fármacos, *softwares*, medicamentos e bens de capital.

Apesar do mérito do relatório em pressupor a necessidade de conciliar os programas de longo prazo com as limitações de natureza macroeconômica, e de evitar a falsa contradição entre mecanismos horizontais (destinados à economia como um todo) e verticais (voltados a estimular setores específicos), a prática do governo vem na contramão da busca da competitividade sistêmica, demonstrada cabalmente pela preservação de renúncias fiscais, como o prolongamento da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da indústria automobilística até o mês de fevereiro de 2004, providência emergencial que deveria ter vigorado apenas entre setembro e novembro de 2003.

Igualmente, devem ser realizados esforços no sentido da viabilização de um salto qualitativo na rede infra-estrutural, da fixação de regras claras para as

parcerias entre o setor público e a iniciativa privada, e da definição da regulação para os investimentos infra-estruturais. Paradoxalmente, a despeito da retórica globalizante, essa tem sido a tônica da inserção internacional da maioria dos países desde os anos 90.

A alteração do marco institucional da economia brasileira nos anos 90, com o advento do quarteto formado por abertura, desregulamentação, privatizações e desnacionalização, propiciou o financiamento dos déficits no balanço de pagamentos do país por meio do ingresso maciço de IDEs, que não se traduziram em expressivas elevações da capacidade produtiva e competitiva do aparelho econômico operante no território nacional.

Isso revela a incapacidade da política econômica brasileira em articular os IDEs com os objetivos macroeconômicos de redução da vulnerabilidade externa e os projetos de inovação tecnológica e da pauta exportadora do país, pois são justamente os ramos mais exigentes em tecnologia os que apresentam os maiores desequilíbrios comerciais, particularmente eletroeletrônica, química, farmacêutica e bens de capital.

Cumpra reconhecer que o êxito na inversão das expectativas de descontrole inflacionário, predominantes no começo de 2003, e a radicalização dos compromissos com as folgas fiscais primárias firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), capazes de assegurar o pagamento da dívida líquida do setor público, ainda que em circunstâncias recessivas, ensejaram uma melhoria das avaliações externas acerca dos fundamentos macroeconômicos do país.

A leitura internacional mais animadora pode ser retratada na contínua queda do risco-Brasil (abaixo da barreira dos 500 pontos base, o menor patamar desde maio 1998, e registrando queda acumulada superior a 65,0% em 2003), na valorização dos C-Bonds, principais papéis da dívida externa brasileira, que atingiram nível recorde de 97,44% do valor de face, e na recuperação das captações privadas no mercado financeiro internacional. O país conseguiu levantar US\$ 13,5 bilhões em emissões de bônus pela iniciativa privada no exterior em 2003, contra apenas US\$ 1,33 bilhão em 2002, chegando perto do recorde de US\$ 14,53 obtido em 1996.

Cabe assinalar que o indicador de risco atesta o grau de confiança dos investidores estrangeiros na capacidade de pagamento da dívida externa por parte de um determinado país. Seu cálculo é realizado desde 1992 pelo J.P. Morgan, tendo como base o preço dos títulos norte-americanos, avaliados como risco zero. Portanto, um risco de 499 pontos significa que as empresas e o governo brasileiro terão que pagar quase 5,0% acima dos papéis dos EUA para a rolagem de suas dívidas nos mercados internacionais.

Mesmo assim, o Brasil ainda está distante da classificação de *investment grade*, com o quinto maior risco do mundo (500), estando em melhores condições que a Argentina (6.260), Equador (887), Nigéria (696) e Venezuela (665), e em situação menos favorável que a Turquia (341), Peru (312) e México (204), por exemplo.

Porém, deixando de lado o otimismo reinante nos meios oficiais por conta da boa safra de indicadores financeiros, pesquisa da revista *The Economist*, baseada em projeções realizadas por dez importantes bancos e instituições de pesquisa mundiais, indica que 19 entre 25 países em desenvolvimento devem registrar crescimento econômico superior ao brasileiro em 2004.

Conforme a revista, o Brasil empatará com outros dois países e suplantará apenas o Egito (3,1%), Israel (2,2%) e Hungria (2,9%), fato que continuará afastando-o de uma “zona mundial de expansão sustentada” e da classificação de grau de investimento (*investment grade*), sinalizando o baixo risco de investir, por parte das agências internacionais de classificação (tabela 2).

Não por acaso, o governo Lula repete a polarização na gestão Fernando Henrique Cardoso, entre os ortodoxos, liderados por Pedro Malan, e os desenvolvimentistas, ligados a José Serra e Luiz Carlos Mendonça de Barros. Enquanto os primeiros defendiam a estabilidade monetária a qualquer custo, os segundos preconizavam a adoção de estratégias de crescimento e um maior ativismo do Estado.

---

### *O governo Lula traduz o permanente embate entre ortodoxos e desenvolvimentistas*

---

Na cisão atual, o núcleo do ministro da Fazenda representa a continuidade das práticas neoliberais de geração de superávits fiscais para a administração do estoque da dívida pública e a manutenção da confiança da comunidade financeira internacional. Enquanto isso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assume a posição de centro irradiador de uma postura dirigida à montagem de um projeto de crescimento de longo prazo. Na era FHC, a batalha foi vencida por Malan. O país não cresceu e os obstáculos conjunturais se multiplicaram.

Apenas como reforço, o saldo primário do setor público totalizou R\$ 64,035 bilhões entre janeiro e outubro de 2003 (5,06% do PIB), o que representa quase a meta fixada para o ano no acordo com o FMI (R\$ 66,0 bilhões ou 4,25% do PIB). Em contrapartida, a conta de juros, sem correção cambial, alcançou R\$ 123,726 bilhões no mesmo período, ou 9,77% do PIB, contra R\$ 87,016 bilhões (8,09% do PIB) em idêntico intervalo de 2002.

Por tudo isso, deveriam merecer atenção especial críticas como as do sociólogo Francisco Oliveira. O professor considera o cerne do governo Lula não um simples deslocamento de rota, derivado da administração conjuntural, necessário ao abrandamento dos efeitos da herança de FHC, mas sim um aprofundamento daquelas distorções. Afinal, “nem o presidente nem seus aliados pediram meu voto para um governo que é o terceiro mandato de FHC”.<sup>1</sup>

TABELA 2 - INDICADORES MACROECONÔMICOS E GRAU DE RISCO - PAÍSES SELECIONADOS

PAÍS	DÍVIDA EXTERNA/RECEITA	RENDA PER CAPITA (US\$)	INFLAÇÃO ANUAL - VAREJO (%)	CORRENTE DE COMÉRCIO (EXPORTAÇÕES+ IMPORTAÇÕES/PIB) (%)	GRAU DE RISCO
Brasil	2,83	2.829	6,0	28	Altamente especulativo
Chile	1,92	4.764	1,6	50	Média baixa
Malásia	0,42	4.217	0,8	179	Média baixa
México	0,89	6.179	2,5	56	Média baixa
Rússia	1,09	3.548	12,0	41	Média baixa
Tailândia	0,29	2.148	1,5	103	Média baixa

FONTES: Moody's e The Economist

No âmbito estadual, verifica-se que o comportamento das principais variáveis explicativas do comportamento da economia foi afetado, em grande medida, pela conjuntura recessiva resultante do prosseguimento da gestão de estabilização ortodoxa, adotada pelo governo federal, traduzida no brusco declínio dos níveis de renda e de investimento. Tais efeitos podem ser observados pelo desempenho negativo apresentado pelas indústrias têxtil, de mobiliário, de bebidas e de perfumaria, sabões e velas (tabela 3).

TABELA 3 - PARANÁ - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA, VENDAS REAIS, COMPRAS REAIS E EMPREGO INDUSTRIAL - JAN-OUT 2003

GÊNERO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)			
	Produção Industrial	Vendas	Compras	Emprego Total
Extração de minerais	22,2			
Minerais não-metálicos	-5,9	-22,5	9,6	25,3
Metalurgia	7,4	-16,6	-3,2	2,8
Mecânica	18,9	8,4	38,9	4,8
Material Elétrico e de Comunicações	16,5	-14,0	23,0	-46,8
Material de Transporte	9,0	-9,2	-2,9	0,9
Madeira	5,4	7,1	10,4	-2,3
Mobiliário	5,8	-15,7	-10,3	-5,6
Papel e Papelão	-5,3	0,6	7,8	5,9
Borracha	37,0	...	...	...
Couros e Peles	13,9	13,9	106,9	-5,9
Química	2,4	-3,7	47,3	14,1
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	...	2,3	5,7	26,0
Perfumaria, Sabões e Velas	-11,6	-34,7	-22,2	2,5
Matérias Plásticas	-17,0	-0,8	40,0	7,6
Têxtil	-5,4	-46,1	-59,4	-18,3
Vestuário, Calçados e Artefatos	11,9	0,5	15,5	-46,7
Produtos Alimentares	0,5	-18,8	7,0	18,0
Bebidas	-1,2	-11,4	-14,9	-1,4
Fumo	-6,6	...	...	...
Editorial e Gráfica	...	-9,2	-7,1	-12,2
Indústria de Transformação	3,3	-12,5	7,4	5,6 <sup>(1)</sup>
Indústria Geral	3,4	...	...	...

FONTES: IBGE, Fiep

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) As diferenças entre as magnitudes das taxas das tabelas 3 e 6 decorrem de particularidades metodológicas apresentadas pelas pesquisas do IBGE e da Fiep.

*O ano de 2003 foi marcado, na economia do Paraná, por um dinamismo liderado por atividades ligadas ao agronegócio e/ou à demanda externa*

No entanto, percebeu-se também a construção de um quadro de maior dinamismo liderado por atividades vinculadas ao agronegócio e/ou à demanda externa, a partir do aproveitamento de algumas vantagens de natureza conjuntural, como a elevação das cotações das *commodities* e a recuperação da economia mundial, e de alguns fatores estruturais, que incluem a conquista e consolidação de novas frentes de mercados compradores, caso do complexo soja na China e das carnes na Europa, sustentados por expressivos ganhos de qualidade e produtividade da produção regional.

Constataram-se, ainda, os primeiros impactos do Decreto Estadual 949-03, que reduziu o ICMS de 18% para 12% nas operações realizadas entre contribuintes industriais e comerciantes atacadistas dentro do Estado, anulando a diferença entre as alíquotas interna e interestadual do tributo. Tal medida vem estimulando a paranaização das compras, em face da maior competitividade na formação de preços e da diminuição das necessidades de capital de giro por parte das empresas operantes no Estado.

Esse conjunto de diferenciais explica a expansão de 2,9% do PIB paranaense nos primeiros nove meses de 2003, segundo estimativas do IPARDES, contra queda de 0,3% para o país, de acordo com o IBGE. Para o ano como um todo, projeta-se crescimento do PIB paranaense de 3,2% ante os 0,2% previstos para o Brasil. Uma abordagem mais pormenorizada permite registrar alguns resultados bastante positivos para a economia do Paraná no corrente ano, particularmente para as atividades primárias, manufatureiras, comerciais e no mercado de trabalho.

Começando pelo setor agropecuário, segundo o Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab/Deral), a produção paranaense de grãos atingiu 30,01 milhões de toneladas na safra 2002/2003, suplantando em 33,8% o resultado obtido na temporada 2001/2002, quando foram colhidas 22,44 milhões de toneladas (tabela 4).

TABELA 4 - PRODUÇÃO PARANAENSE DE GRÃOS - SAFRAS 2001/2002 E 2002/2003

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		Var. (%)
	Safra 2001/2002	Safra 2002/2003	
Grãos de verão	20 503 685	26 429 142	28,9
Algodão	83 970	71 679	-14,6
Amendoim	8 860	7 891	-10,9
Arroz (irrigado)	74 545	86 046	15,4
Arroz (sequeiro)	110 700	107 142	-3,2
Café	139 088	118 000	-15,2
Feijão (águas)	464 913	495 879	6,7
Feijão (seca)	149 822	193 780	29,3
Feijão (inverno)	14 324	18 515	29,3
Girassol	128	937	632,0
Mamona	356	312	-12,4
Milho (normal)	7 689 404	8 358 786	8,7
Milho (safrinha)	2 168 100	5 894 665	171,9
Milho (waxy)	15 800	30 985	96,1
Soja (normal)	9 539 586	10 947 123	14,8
Soja (safrinha)	26 319	62 474	137,4
Sorgo (primavera)	-	5 580	-
Sorgo (outono)	17 770	29 348	65,2
Grãos de inverno	1 935 825	3 583 821	85,1
Aveia (branca)	79 323	101 468	27,9
Aveia (preta)	108 520	184 358	69,9
Canola	5 085	4 813	-5,3
Centeio	985	874	-11,3
Cevada	77 862	154 246	98,1
Trigo	1 557 547	2 977 843	91,2
Triticale	106 503	160 219	50,4
TOTAL	22 439 510	30 012 963	33,8

FONTE: Seab/Deral

Novamente, os destaques foram as culturas da soja e do milho, que responderam por 84,17% do total colhido no Estado, com variações na produção de, respectivamente, 15,09% e 44,59% nesta safra. É importante ressaltar que, em virtude da expansão do cultivo da leguminosa, consequência direta dos bons preços recebidos pelos agricultores, a produção de milho vem se deslocando para a segunda safra (inverno), movimento que está relacionado também ao esgotamento da fronteira agrícola paranaense. Tanto que foram colhidas 5,89 milhões de toneladas de milho na safrinha, o que correspondeu a 41,36% da produção total do grão na temporada 2002/2003.

Além dessas duas lavouras, apresentaram resultados expressivos as culturas do feijão, aveia, cevada e trigo. No caso do feijão, a produção estadual alcançou 708,17 mil toneladas, 12,58% acima do resultado obtido na safra 2001/2002, quando foram colhidas 629,06 mil toneladas. Já com relação ao trigo, houve incremento de 91,19%, com a produção saltando de 1,56 milhão para 2,96 milhões de toneladas, o que garantiu ao Estado a condição de maior produtor nacional.

Em paralelo, a produção pecuária também cresceu de forma considerável. Até outubro, de acordo com dados do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado do Paraná (Sindicarne), os abates inspecionados de aves, bovinos e suínos apresentaram

aumentos de, respectivamente, 7,17%, 10,77% e 11,13% em relação a igual período de 2002, o que pode ser explicado pela crescente inserção do complexo carnes no mercado externo.

Passando ao setor secundário, no período janeiro-outubro de 2003, a produção industrial paranaense apresentou crescimento de 3,4%, em comparação ao mesmo intervalo do ano anterior, contra a estagnação da indústria brasileira (0,0%). Esse resultado correspondeu ao segundo melhor desempenho entre as dez unidades da federação pesquisadas pelo IBGE, ficando abaixo somente do Estado do Espírito Santo, cuja dinâmica foi determinada pelas indústrias de petróleo, de minério de ferro e de papel e papelão (tabela 5).

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA - ESTADOS SELECIONADOS - JAN-OUT 2003

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Ceará	-0,9
Pernambuco	0,5
Bahia	1,1
Minas Gerais	-1,1
Espírito Santo	15,3
Rio de Janeiro	-1,0
São Paulo	0,1
Paraná	3,4
Santa Catarina	-2,9
Rio Grande do Sul	2,8
BRASIL	0,0

FONTE: IBGE

A boa performance da indústria do Paraná refletiu o aumento da produção de doze gêneros industriais, com destaque para os ramos borracha e extrativa mineral, que apresentaram incrementos de, respectivamente, 37,0% e 22,2% nos dez primeiros meses de 2003. No entanto, o gênero mecânica, cujo crescimento atingiu 18,9%, foi o principal responsável pela evolução do índice geral, dada a maior representatividade do segmento na produção industrial global. Nesse ramo específico, sobressaiu a fabricação de bens ligados às atividades agrícolas, principalmente colheitadeiras, o que evidencia o efeito multiplicador do aumento da renda do setor primário.

Além da agroindústria, os segmentos voltados à fabricação de insumos para a construção civil (metalúrgica e extrativa mineral), os gêneros vestuário e couros e peles e o complexo metalmeccânico (material de transporte e material elétrico, além da mecânica) também registraram significativas taxas de crescimento da produção, sinalizando uma recuperação do consumo e do investimento, principalmente a partir do segundo semestre.

Ainda no caso do crescimento dos gêneros mecânica e material de transporte, especialmente a fabricação de colheitadeiras e de tratores, houve a interferência direta da agricultura, principalmente aquela



voltada ao mercado internacional, beneficiada com a desvalorização cambial verificada no final de 2002 e começo de 2003, e da continuidade da renovação do parque de máquinas agrícolas, financiada com recursos do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde março de 2000.

Operacionalmente, a linha divisória para aplicação de condições diferenciadas na alocação financeira dos recursos do programa corresponde à renda bruta agropecuária anual de R\$ 150,0 mil. Para os produtores rurais com renda inferior àquele valor, o financiamento é pleno a juros de 9,75% ao ano. Para os tomadores com renda igual ou superior, o crédito para investimento deve cobrir 80% do valor pleiteado para a aquisição do ativo fixo, com juros de 12,75% ao ano. Para ambas as classes de renda, o prazo de carência é de até cinco anos, exceto no caso das colheitadeiras (até seis anos).

A expansão de vestuário e calçados traduziu a combinação entre a recuperação da renda e da rentabilidade de alguns pólos industriais sediados no Norte do Estado.

Em sintonia com a evolução da produção, o número de pessoas ocupadas na indústria paranaense cresceu 2,6% no período janeiro-outubro de 2003, contrapondo-se à retração de 0,5% verificada em nível nacional e sendo o maior crescimento entre os estados brasileiros (tabela 6).

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL - BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - JAN-OUT 2003

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Ceará	-2,9
Pernambuco	0,4
Bahia	-2,9
Minas Gerais	-1,4
Espírito Santo	-4,9
Rio de Janeiro	-3,9
São Paulo	-1,0
Paraná <sup>(1)</sup>	2,6
Santa Catarina	2,3
Rio Grande do Sul	-1,3
BRASIL	-0,5

FONTE: IBGE

(1) As diferenças entre as magnitudes das taxas das tabelas 3 e 6 decorrem de particularidades metodológicas apresentadas pelas pesquisas do IBGE e da Fiep.

De acordo com dados do IBGE, os segmentos de refino de petróleo, máquinas e equipamentos eletrônicos de comunicações, vestuário, papel e gráfica e alimentos e bebidas alcançaram os melhores resultados, com variações de 38,0%, 11,7%, 11,3%, 10,6% e 9,0%, respectivamente, contribuindo sobremaneira para a expansão do emprego industrial no Paraná.

### O expressivo aumento das compras industriais dentro do Estado reflete a redução da alíquota do ICMS de 18,0% para 12,0%

Ainda com relação ao setor industrial, as compras realizadas pelas empresas paranaenses aumentaram 7,41% nos dez primeiros meses deste ano, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Diferentemente das compras realizadas em outros estados, que recuaram 10,73%, as aquisições de mercadorias de empresas locais cresceram 16,21%, o que pode ser atribuído, em grande medida, à redução do ICMS nas compras efetuadas no território paranaense, conforme já mencionado.

Na mesma linha, as estatísticas de variação de quantidade vendida pelo comércio varejista regional demonstram um quadro menos desfavorável do que o do restante do país (tabela 7).

O declínio de 0,6% registrado pelo Paraná no intervalo janeiro-outubro, segundo apurações do IBGE, foi o menor entre os estados brasileiros, decorrendo principalmente da expansão de combustíveis e lubrificantes, fortemente determinado pelos reflexos da comercialização da safra agrícola. O efeito safra pode ser comprovado pelo incremento de 1,6% do consumo de óleo *diesel* no Estado entre janeiro e outubro de 2003, contra decréscimo de 3,7% no país (tabela 8).

Por fim, um exame dos resultados de comércio exterior não deixa dúvidas quanto ao dinamismo das exportações estaduais. De janeiro a novembro de 2003, as vendas externas do Paraná somaram US\$ 6,60 bilhões (tabela 9), resultado 23,56% superior ao contabilizado em igual intervalo do ano anterior e que já supera a receita gerada em todo o exercício econômico de 2002. Dentre os segmentos que contribuíram para a ampliação das exportações, pode-se destacar os complexos soja e material de transporte, responsáveis atualmente por 55,93% das vendas totais.

No caso do complexo soja, o notável crescimento de 23,47% das receitas com as exportações reflete as condições favoráveis do mercado internacional de *commodities* e o aumento da produção paranaense da leguminosa. Nesse grupo, vêm sobressaindo as vendas externas de óleo, que totalizaram US\$ 474,23 milhões nos onze primeiros meses deste ano, valor que representa aumento de 43,34% em relação a igual intervalo do exercício anterior. Porém, a soja em grão continua como o principal produto do complexo, com exportações da ordem de US\$ 1,06 bilhão, superando em 23,95% as receitas obtidas no intervalo janeiro-novembro de 2002.

Já no que se refere ao grupo material de transporte, a elevação de 15,58% das receitas cambiais pode ser imputada à evolução das vendas de motores, autopeças, tratores e veículos comerciais leves e pesados, uma vez que as exportações de automóveis declinaram 3,97%. Ademais, cabe ressaltar a expressiva ampliação das vendas externas dos complexos madeira e carnes, que registraram taxas de crescimento de, respectivamente, 23,33% e 38,14% no período em análise.

Pelo lado das importações, houve incremento de apenas 5,23%, passando de US\$ 3,06 bilhões no período janeiro-novembro de 2002 para US\$ 3,22 bilhões no mesmo intervalo de 2003 (tabela 10).

Com expansão de 6,09%, o grupo material de transporte permanece como o maior importador, o que

evidencia o ainda reduzido volume de compras realizado pelas montadoras de automóveis e utilitários junto a empresas regionais. Assim, o gênero importou US\$ 791,85 milhões nos onze primeiros meses de 2003, correspondendo a 24,57% do total importado pelo Paraná.

Essa situação pode começar a ser minimizada e/ou até revertida a partir dos resultados do Decreto Estadual 2300/2003, que criou o Conselho de Política Automotiva (CPA). Dentre outras atribuições, o CPA deve perseguir a elevação da participação de empresas paranaenses no suprimento de peças, partes e componentes para o complexo automobilístico (montadoras e fornecedores mundiais) operantes no Paraná.

Conforme pesquisas do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico do Estado do Paraná (Sindimetal), atualmente a contribuição das empresas regionais no total das compras de insumos e componentes pelas montadoras e fornecedores seria inferior a 3,0%.

Da mesma maneira, o grupo combustíveis e lubrificantes, responsável por 11,97% das compras

externas totais do Estado, registrou aumento nas importações, atingindo um valor de US\$ 385,67 milhões, acima da cifra de US\$ 265,01 milhões referente a janeiro-novembro de 2002.

Por tudo isso, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), também calculada pelo IPARDES, atingiu 8,5% da PEA em outubro, o melhor resultado entre as regiões metropolitanas pesquisadas, contra 12,9% da média nacional. No intervalo janeiro-outubro de 2003, o desemprego na RMC ficou em 10,7% da PEA, quase 20,0% abaixo da média nacional (12,5%).

No mesmo sentido, o emprego formal no Paraná cresceu 3,7% nos dez primeiros meses de 2003, com a criação de 89,3 mil postos de trabalho, acima das 86,1 mil vagas geradas em análogo período de 2002. Cabe ressaltar que 85,6% do total de empregos com carteira assinada foi gerado no interior do Estado, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sinalizando a influência do agronegócio.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, POR ATIVIDADE E UNIDADE DE FEDERAÇÃO - JAN-OUT 2003

UNIDADE DE FEDERAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)								
	Total	Combustíveis e lubrificantes	Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	Tecidos, vestuário e calçados	Móveis e eletrodomésticos	Demais artigos de uso pessoal e doméstico	Veículos, motos, partes e peças	Hipermercados e supermercados	
BRASIL	-5,0	-5,2	-5,9	-3,9	-5,3	-3,0	-10,5	-5,5	
Ceará	-7,7	-11,5	-12,0	0,8	-3,1	-7,1	5,2	-11,6	
Pernambuco	-7,4	-0,5	-12,8	-13,3	8,6	-7,4	-10,8	-12,7	
Bahia	-7,3	-6,2	-9,5	-9,7	-6,0	-2,1	9,1	-12,2	
Minas Gerais	-2,9	-6,3	-1,4	-2,3	-3,1	-2,5	15,8	-1,4	
Espírito Santo	-10,0	-9,1	-6,5	-17,5	-26,3	-5,7	6,0	-6,8	
Rio de Janeiro	-7,9	-9,0	-13,3	-12,2	-6,6	1,4	-8,3	-12,6	
São Paulo	-4,8	-7,5	-4,2	-2,5	-9,4	-4,5	-19,1	-3,3	
Paraná	-0,6	5,4	-4,4	3,4	2,7	-2,5	-4,7	-4,2	
Santa Catarina	-0,9	1,6	-1,0	1,6	-3,8	-3,3	-12,5	-1,4	
Rio Grande do Sul	-4,3	-6,0	-7,7	0,2	1,6	-0,9	6,5	-7,7	
Goiás	-3,5	-6,2	-5,2	-1,6	2,8	-2,7	-5,5	-3,6	
Distrito Federal	-7,8	-9,4	-11,7	-4,0	-2,9	2,3	3,8	-11,7	

FONTE: IBGE

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ÓLEO DIESEL - BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - JAN-OUT 2003

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Bahia	-9,1
Ceará	-9,3
Espírito Santo	-2,6
Goiás	-0,8
Mato Grosso	-1,6
Mato Grosso do Sul	-2,7
Minas Gerais	-1,6
Paraná	1,6
Pernambuco	-11,4
Rio de Janeiro	-6,2
Rio Grande do Sul	-1,8
Santa Catarina	-3,8
São Paulo	-5,2
Brasil	-3,7

FONTE: Agência Nacional do Petróleo (ANP)/Departamento Nacional de Combustíveis (DNC)

TABELA 9 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN-NOV 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VAR. (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	2 354 454	35,68	1 906 866	35,70	23,47
Grão	1 061 653	16,09	856 527	16,04	23,95
Farelo	818 574	12,40	719 492	13,47	13,77
Óleo	474 227	7,19	330 847	6,19	43,34
Material de transporte	1 336 334	20,25	1 156 225	21,65	15,58
Automóveis	618 448	9,37	643 997	12,06	- 3,97
Motores para autoveículos	327 620	4,96	251 853	4,72	30,08
Autopeças	217 243	3,29	162 660	3,05	33,56
Tratores e partes	89 453	1,36	53 472	1,00	67,29
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	52 990	0,80	21 010	0,39	152,21
Autoveículos comerciais leves e pesados	27 038	0,41	20 667	0,39	30,83
Outros	3 540	0,05	2 566	0,05	37,97
Madeira	671 890	10,18	544 788	10,20	23,33
Compensados	301 183	4,56	211 609	3,96	42,33
Serradas	159 434	2,42	149 489	2,80	6,65
Obras de marcenaria/carpintaria	66 235	1,00	54 388	1,02	21,78
Molduras	57 712	0,87	64 415	1,21	- 10,41
Outros	87 326	1,32	64 885	1,21	34,58
Carnes	608 797	9,23	440 720	8,25	38,14
Aves	447 578	6,78	333 496	6,24	34,21
Suínos	88 538	1,34	54 938	1,03	61,16
Bovinos	58 787	0,89	42 876	0,80	37,11
Outros	13 894	0,21	9 409	0,18	47,66
Cereais	276 044	4,18	230 145	4,31	19,94
Milho	268 104	4,06	229 764	4,30	16,69
Outros	7 941	0,12	381	0,01	1 983,68
Máquinas e instrumentos mecânicos	175 834	2,66	95 777	1,79	83,59
Máquinas e implementos agrícolas	43 985	0,67	14 663	0,27	199,97
Refrigeradores/congeladores	34 003	0,52	16 558	0,31	105,35
Componentes hidráulicos	20 638	0,31	7 080	0,13	191,51
Outros	77 208	1,17	57 476	1,08	34,33
Açúcar	168 077	2,55	145 753	2,73	15,32
Em bruto	155 888	2,36	122 710	2,30	27,04
Refinado	12 189	0,18	23 043	0,43	- 47,10
Papel	161 135	2,44	121 234	2,27	32,91
<i>Kraftliner</i> para cobertura	45 372	0,69	29 131	0,55	55,75
<i>Kraft p/escrita</i> , impressão e gráfica	33 437	0,51	18 139	0,34	84,34
Cuchê	29 321	0,44	24 657	0,46	18,92
Outros	53 005	0,80	49 308	0,92	7,50
Café	149 189	2,26	114 606	2,15	30,18
Solúvel	97 718	1,48	74 452	1,39	31,25
Grãos	42 352	0,64	29 338	0,55	44,36
Extratos, essências e concentrados	9 119	0,14	10 815	0,20	- 15,68
Metais comuns	100 870	1,53	62 733	1,17	60,79
Artefatos de ferro/aço	16 887	0,26	13 238	0,25	27,56
Outros	83 984	1,27	49 495	0,93	69,68
Químicos diversos	80 348	1,22	60 995	1,14	31,73
Couros e artigos derivados	61 085	0,93	84 037	1,57	- 27,31
Couro preparado ou curtido	36 943	0,56	57 153	1,07	- 35,36
Outros	24 142	0,37	26 884	0,50	- 10,20
Azubos e fertilizantes	52 829	0,80	25 196	0,47	109,67
Material elétrico	44 678	0,68	24 948	0,47	79,08
Componentes de telefonia/telegrafia	18 587	0,28	5 293	0,10	251,15
Condutores (inclui fibras óticas)	6 558	0,10	4 573	0,09	43,42
Outros	19 533	0,30	15 082	0,28	29,51
Minerais não-metálicos	33 863	0,51	31 232	0,58	8,42
Outros	323 330	4,90	295 362	5,53	9,47
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6 598 757</b>	<b>100,00</b>	<b>5 340 617</b>	<b>100,00</b>	<b>23,56</b>

FONTE: MDIC/Secex - AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 10 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JAN-NOV 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VAR. (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	791 849	24,57	746 420	24,38	6,09
Autopeças	596 007	18,50	517 128	16,89	15,25
Motores para autoveiculos	100 596	3,12	92 968	3,04	8,20
Automóveis	34 533	1,07	50 868	1,66	- 32,11
Tratores	20 345	0,63	16 938	0,55	20,11
Pneumáticos	14 000	0,43	38 536	1,26	- 63,67
Autoveiculos comerciais leves e pesados	5 573	0,17	12 556	0,41	- 55,61
Outros	20 796	0,65	17 426	0,57	19,34
Combustíveis e lubrificantes	385 670	11,97	265 007	8,65	45,53
Óleo bruto de petróleo	344 939	10,70	239 625	7,83	43,95
Gases liquefeitos	16 366	0,51	3 648	0,12	348,59
Outros	24 365	0,76	21 734	0,71	12,11
Azubos e fertilizantes	338 388	10,50	235 553	7,69	43,66
Potássicos	115 593	3,59	102 309	3,34	12,98
Nitrogenados	62 136	1,93	40 495	1,32	53,44
Fosfatados	8 415	0,26	27 527	0,90	- 69,43
Outros	152 245	4,72	92 749	3,03	64,15
Máquinas e instrumentos mecânicos	332 121	10,31	329 653	10,77	0,75
Aparelhos de ar e compressores	59 685	1,85	50 991	1,67	17,05
Máquinas para usinagem de metais	27 899	0,87	25 821	0,84	8,05
Componentes hidráulicos	21 927	0,68	15 280	0,50	43,50
Partes de bombas p/ líquidos	20 946	0,65	10 551	0,34	98,53
Máquinas e implementos agrícolas	20 315	8,69	11 696	0,38	73,69
Rolamentos e esferas	17 299	0,54	12 329	0,40	40,31
Outros	164 050	5,09	202 985	6,63	- 19,18
Material elétrico	265 842	8,25	184 828	6,04	43,83
Componentes eletroeletrônicos	44 197	1,37	18 568	0,61	138,03
Equipamentos de telecomunicações/telefonía	38 112	1,18	23 376	0,76	63,04
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	20 509	0,64	15 668	0,51	30,90
Transformadores/conversores	18 250	0,57	10 430	0,34	74,98
Outros	144 774	4,49	116 786	3,81	23,97
Produtos químicos diversos	207 082	6,43	219 463	7,17	- 5,64
Soja	193 486	6,00	129 944	4,24	48,90
Grão	183 228	5,69	120 355	3,93	52,24
Outros	10 258	0,32	9 589	0,31	6,98
Metais comuns	101 621	3,15	90 975	2,97	11,70
Artefatos de ferro/aço	52 744	1,64	37 311	1,22	41,37
Materiais de alumínio	14 433	0,45	17 957	0,59	- 19,62
Outros	34 444	1,07	35 707	1,17	- 3,54
Cereais	99 166	3,08	60 669	1,98	63,45
Trigo	67 473	2,09	43 834	1,43	53,93
Milho	16 423	0,51	6 582	0,21	149,50
Outros	15 270	0,47	10 253	0,33	48,93
Matérias plásticas	93 699	2,91	114 021	3,72	- 17,82
Matérias-primas plásticas	31 566	0,98	59 778	1,95	- 47,19
Artefatos plásticos	28 232	0,88	24 171	0,79	16,80
Chapas, folhas e tiras plásticas	23 539	0,73	19 915	0,65	18,20
Outros	10 361	0,32	10 156	0,33	2,02
Papel e celulose	64 434	2,00	55 746	1,82	15,59
Pasta química	34 267	1,06	24 383	0,80	40,54
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	15 605	6,67	17 743	0,58	- 12,05
Outros	14 562	0,45	31 363	1,02	- 53,57
Artefatos de borracha	47 003	1,46	37 679	1,23	24,74
Fios e tecidos	38 311	1,19	59 091	1,93	- 35,17
Sintéticos	38 238	1,19	58 809	1,92	- 34,98
Outros	73	0,00	282	0,01	- 74,05
Minerais não-metálicos	29 859	0,93	31 296	1,02	- 4,59
Outros	233 865	7,26	501 777	16,39	- 53,39
TOTAL GERAL	3 222 396	100,00	3 062 120	100,00	5,23

FONTE: MDIC/Secex - AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

**NOTA**

<sup>1</sup>OLIVEIRA, Francisco de. Tudo que é sólido se desmancha em... cargos. **Folha de S. Paulo**, 14 dez. 2003, Caderno Brasil, p.A8.

# Interferência entre a ocupação urbana e a dinâmica natural no Litoral Sul do Paraná<sup>1</sup>

Oduvaldo Bessa Junior\*

O litoral do Estado do Paraná, assim como outras regiões costeiras do Brasil, apresenta problemas ambientais devido à ocupação urbana desordenada, ocorrida principalmente entre as décadas de 70 e 80, quando o crescimento urbano foi bastante acentuado. Apesar de os conflitos entre o uso do solo e a dinâmica natural das praias paranaenses serem constantes nas últimas décadas, poucos estudos foram realizados na tentativa de melhorar a qualidade ambiental nesta área e a qualidade de vida das populações que nela residem.

Este trabalho tem como objetivo o estudo dos conflitos entre a dinâmica natural das praias da região sul costeira do Paraná e as intervenções humanas sobre elas. As praias estudadas foram os balneários Flamingo e Riviera, Central de Matinhos, Brava de Caiobá, Mansa, Prainha, Caieiras, Guaratuba e Brejatuba (figura 1). A meta deste trabalho foi fazer uma classificação das praias em setores de vulnerabilidade ambiental, a qual se baseou na mobilidade de cada praia e nos riscos criados a partir da intervenção humana. Segundo Dolan (1978, apud SHORT; HESP, 1982), a mobilidade de praia é definida “como o movimento normal da linha de costa e medida a partir do desvio padrão da posição média da linha de costa”. Nas praias estudadas a mobilidade de praia foi obtida a partir de interpretações de fotografias aéreas de diversos anos (1954, 1969, 1980 e 1997), onde foram traçadas as linhas de costa e mensuradas as suas variações. Além da mobilidade da praia, a determinação dos riscos ambientais também baseou-se no mapeamento de ocupações urbanas sobre as áreas de praia e no balanço sedimentar de cada praia. Este foi obtido a partir de perfis praias. O mapeamento destas informações foi realizado através do geoprocessamento, que auxiliou na construção de um banco de dados georreferenciados e nas operações de sobreposição de temas mapeados, como as variações de linha de costa e os riscos de intervenção. A determinação dos setores de vulnerabilidade baseou-se em metodologia da Unesco (2000), que permitiu classificar as praias estudadas em setores de vulnerabilidade muito baixa a muito alta.

O mapeamento das variações de linhas de costa indicou alta mobilidade para todas as praias estudadas no período de 1999 a 2001. Os resultados do balanço

sedimentar também indicaram praias instáveis, com momentos de estabilidade e outros com processos de intensa erosão ou deposição. As causas da estabilidade e instabilidade dessas praias foram associadas aos fenômenos interanuais El Niño e La Niña.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Os resultados obtidos para a taxa de variação de linha de costa (TVLC) de todas as praias estudadas apresentaram uma média de 12 m e, sendo um saldo positivo, pode-se dizer que houve um avanço da linha de costa entre os períodos de fotointerpretação (1954 a 1997). O desvio padrão mostrou-se alto (32), podendo indicar que a variação da linha de costa entre os períodos estudados foi intensa, levando a crer que as praias estudadas apresentaram alta mobilidade.

Algumas praias analisadas apresentaram altas mobilidades e/ou intervenções humanas sobre as áreas superiores de praia, causando conflito entre os processos naturais e a ocupação urbana. São elas: a Praia Central de Matinhos e dos Balneários Flamingo/Riviera, a Praia Brava de Caiobá e a Prainha.

Na Praia Central de Matinhos, a TVLC indicou um considerável avanço da linha de costa de 60 m entre 1954 e 1980, com recuo de -7 m entre 1980 e 1997 (tabela 1). Estes valores indicaram uma mobilidade de praia relativamente alta, principalmente entre 1954 e 1980, e, devido à construção de muros e enrocamentos, para 1997 não foi possível mapear a posição natural da linha de costa (figura 2).

\* Geólogo, coordenador do Núcleo de Estudos Ambientais e Geoprocessamento do IPARDES, Doutor em Geologia Ambiental pela UFPR.

TABELA 1 - RESULTADOS DA VARIAÇÃO DA LINHA DE COSTA PARA A PRAIA CENTRAL DE MATINHOS (ext. = 717 m)

PERÍODO	AVANÇO (m²)	RECUO (m²)	SALDO (m²)	TVLC (m)
1954-1980	43109,49	0	43109,49	60,12
1980-1997	1562,12	-6944,13	-5382,01	-7,51
1954-1997	38502,93	0	38502,93	53,7

FIGURA 2 - PRAIA CENTRAL DE MATINHOS COM MUROS E ENROCAMENTOS - MAIO 1999



Na porção da praia entre os balneários Flamingo e Riviera, apesar do recuo de linha de costa nos dois períodos de medição (tabela 2), os valores mantiveram-se relativamente próximos (-3 m para 1954-80 e -9 m para 1980-97), indicando pouca mobilidade de praia entre estes períodos. Entretanto, também nesta praia a posição de linha de costa foi determinada pela construção de enrocamentos, a partir de 1980 (figura 3).

TABELA 2 - RESULTADOS DA VARIAÇÃO DA LINHA DE COSTA PARA OS BALNEÁRIOS FLAMINGO E RIVIERA (ext. = 2.920 m)

PERÍODO	AVANÇO (m²)	RECUO (m²)	SALDO (m²)	TVLC (m)
1954-1980	12820,68	-21534,19	-8713,51	-2,98
1980-1997	10013,73	-35050,97	-25037,2	-8,57
1954-1997	7266,05	-40390,31	-33124,3	-11,34

FIGURA 3 - ENROCAMENTOS CONSTRUÍDOS NO BALNEÁRIO FLAMINGO, EM FRENTE À AVENIDA BEIRA-MAR



Tanto na porção sul como na porção norte da Praia Brava de Caiobá, a TVLC apresentou avanço da linha de costa entre 1954 e 1969 (tabelas 3 e 4), com maior intensidade ao norte (19 m), o que poderia ter incentivado a construção de calçadão e muros de gabião sobre a face superior da praia (figura 4). O avanço da linha de costa neste período estende-se por uma faixa de 1.322 m, com largura de 25 m em média, sendo que em 1954 a quase totalidade da linha de costa situava-se onde atualmente existe a Avenida Atlântica. A TVLC da porção norte indicou mobilidade mais alta que a porção sul entre os períodos de 1954-69 e 1969-80, com recuo da linha de costa de 19 m para -5 m e passando à estabilidade no período de 1980 a 1997. Contudo, deve-se levar em conta que a construção de obras de contenção na década de 80 nesta porção causou a artificialização da posição de linha de costa para os anos seguintes, não permitindo que a praia retomasse seu perfil de equilíbrio por uma extensão de 1.370 m (43% de toda a praia).

TABELA 3 - RESULTADOS DA VARIAÇÃO DA LINHA DE COSTA PARA A PORÇÃO SUL DA PRAIA DE CAIOBÁ (ext. = 1555 m)

PERÍODO	AVANÇO (m²)	RECUO (m²)	SALDO (m²)	TVLC (m)
1954-1969	20212,61	-5139,08	15073,53	9,69
1969-1980	6606,87	-1279,24	5327,63	3,43
1980-1997	2655,22	-5089,55	-2434,33	-1,56
1954-1997	20300,19	-2667,54	17632,65	11,34

TABELA 4 - RESULTADOS DA VARIAÇÃO DA LINHA DE COSTA PARA A PORÇÃO NORTE DA PRAIA DE CAIOBÁ (ext. = 1555 m)

PERÍODO	AVANÇO (m²)	RECUO (m²)	SALDO (m²)	TVLC (m)
1954-1969	30507,81	-319,75	30188,06	19,41
1969-1980	1093,72	-9006,86	-7913,14	-5,09
1980-1997	5576,54	-4799,81	776,73	0,5
1954-1997	24608,51	-1285,47	23323,04	15

FIGURA 4 - VISTA PARA O SUL DA PRAIA BRAVA DE CAIOBÁ, MOSTRANDO MUROS E ESPIGÕES DE GABIÕES DESTRUÍDOS PELAS ONDAS



Na Prainha, mesmo não havendo dados sobre a linha de costa em 1969, as variações ocorridas entre 1954 e 1980 mostraram a mesma tendência ocorrida no período 1954-1969 para a maioria das praias estudadas,

quando ocorreu avanço da linha de costa bastante acentuado. Tanto na porção SW como NE, os valores de TVLC (tabelas 5 e 6) apresentaram-se muito altos, indicando um grande avanço da linha de costa, sendo que na porção NE, entre 1954 e 1980, obteve-se o maior valor entre todas as praias.

TABELA 5 - RESULTADOS DA VARIAÇÃO DA LINHA DE COSTA PARA A PORÇÃO SW DA PRAINHA (ext. = 580 m)

PERÍODO	AVANÇO (m²)	RECUO (m²)	SALDO (m²)	TVLC (m)
1954-1980	52913,53	0	52913,53	91,23
1980-1997	0	-15244,8	-15244,8	-26,28
1954-1997	41918,34	0	41918,34	72,27

Entre 1980 e 1997 houve um recuo também acentuado para ambas as porções da praia. Quanto a isso, o valor de recuo na porção NE (-3 m) poderia indicar pouca mobilidade desta porção de praia. Porém, deve-se considerar a construção de enrocamentos na década de 80, que determinou uma artificialização da linha de costa a partir daí.

TABELA 6 - RESULTADOS DA VARIAÇÃO DA LINHA DE COSTA PARA A PORÇÃO NE DA PRAINHA (ext.=580 m)

PERÍODO	AVANÇO (m²)	RECUO (m²)	SALDO (m²)	TVLC (m)
1954-1980	70670,58	-125,41	70545,17	121,62
1980-1997	1722,72	-3395,55	-1672,83	-2,88
1954-1997	64092,89	0	64092,89	110,5

Visualmente pode-se perceber que em 1980 a linha de costa já estava definida por enrocamentos (figura 5). Verificou-se, também, que embora as porções central e SW tenham sofrido invasão sobre a face superior da praia, em todos os períodos de fotointerpretação elas encontram-se protegidas da energia das ondas pela presença da barra transversal. A TVLC manteve-se bastante alta também entre 1954 e 1997, com 72 m na porção SW e 110 m na porção NE.

FIGURA 5 - VISTA DA PORÇÃO NE DA PRAINHA COM ENROCAMENTOS E FACE PRAIAL BASTANTE CURTA - SETEMBRO 2001



A partir desses dados pode-se fazer uma análise ambiental sobre a interação entre a ocupação urbana e a dinâmica natural das praias, baseando-se em metodologia utilizada pela Unesco (2000) para mapeamento de vulnerabilidade costeira. Isto permitiu que se fizesse uma classificação das praias em cinco setores de vulnerabilidade: muito baixa, baixa, média, alta e muito alta. Principalmente sobre os dois últimos, que apresentam impactos ambientais mais significativos, na alta vulnerabilidade a mobilidade do setor também pode ser alta, havendo interseção de atividades humanas, como a construção de obras sobre as faces superiores da praia; e a vulnerabilidade muito alta está relacionada a uma interseção dos fatores naturais e antrópicos, onde o impacto ambiental já se encontra configurado como área de desastre.

Com relação às praias descritas anteriormente, a Praia Central de Matinhos mostrou uma vulnerabilidade muito alta (figura 6) devido à alta mobilidade apresentada pelos valores de TVLC (60 m entre 1954 e 1980) e com até 148m de avanço da linha de costa entre 1954 e 1980, onde hoje tem-se a construção de enrocamentos (figura 2). Neste setor, as construções residenciais totalizaram cerca de 9.900 m² de área sobre a praia, a partir da linha de costa de 1954. Os balneários Flamingo e Riviera possuem praia com alta vulnerabilidade (figura 6). Este resultado deveu-se, principalmente, à construção da Avenida Beira Mar sobre área de dunas frontais em 1954 e, apesar dos valores de TVLC terem indicado uma baixa mobilidade da praia, as faces superiores da praia receberam cerca de 3.820 m² de área construída, o que causou, em seguida, a construção de enrocamentos numa extensão de 1.236 m da praia (figura 3).

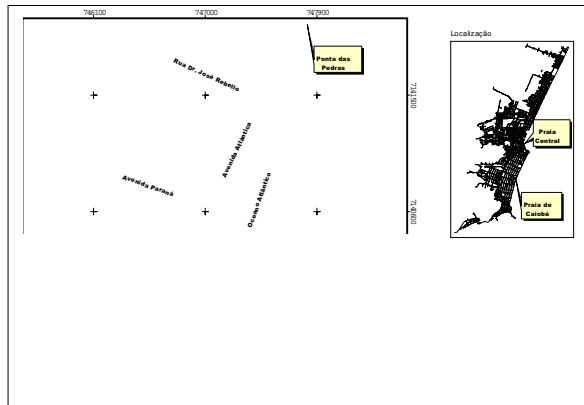
FIGURA 6 - MAPA COM NÍVEIS DE VULNERABILIDADE DA COSTA PARA A PRAIA CENTRAL E OS BALNEÁRIOS FLAMINGO E RIVIERA



Na Praia Brava de Caiobá, dois setores apresentaram níveis de alta vulnerabilidade (figura 7). O setor A situa-se ao norte, entre a Ponta das Pedras e a rua Antonina, tendo uma extensão com cerca de 827 m, e o setor B encontra-se entre o centro e a parte sul da praia, entre as ruas Ponta Grossa e Jacarezinho, com aproximadamente 441 m de extensão. O setor A já se encontra comprometido ambientalmente, com construções periódicas de muros de gabiões todos os anos (figura 4).

Os valores de TVLC desta praia indicaram maior mobilidade neste setor, com avanço de 72 m da linha de costa entre 1954 e 1969 e artificialização da linha de costa entre as décadas de 80 e 97. Em fotos aéreas de 1969 foram encontradas dunas frontais no setor norte, sobre as quais foram construídas obras da infra-estrutura urbana, como calçadões e muros de gabião.

FIGURA 7 - MAPA COM NÍVEIS DE VULNERABILIDADE DA COSTA PARA A PRAIA BRAVA DE CAIOBÁ



A Prainha apresenta um Setor de vulnerabilidade muito alta, com extensão de 563 m a nordeste (figura 8). Houve, neste setor, uma invasão sobre a face superior da praia, com cerca de 11.792 m<sup>2</sup> de área construída, em até 130 m de largura a partir da linha de costa de 1954. Este setor apresentou o maior valor de TVLC entre todas as praias estudadas, com 122 m entre 1954 e 1980, indicando um avanço da linha de costa que proporcionou a invasão de moradias sobre a praia. No período de 1980 a 1997, a TVLC cai para -3 m, o que mostra uma mobilidade de praia bastante acentuada, ressaltando-se que este último valor poderia ser mais negativo, não fosse a artificialização da linha de costa na década de 80. O balanço sedimentar total também mostrou-se bastante erosivo no período de campanha para os perfis praias (-52 m<sup>3</sup>). Deve-se salientar que nas observações de campo pode-se verificar que as obras de enrocamentos realizadas no setor não resolvem mais o problema de contenção das ondas (figura 5).

No centro da Prainha ocorre um setor de alta vulnerabilidade, com 424 m de extensão e onde houve invasão na face da praia com 6.250 m<sup>2</sup> de área construída. O setor sul desta praia apresentou valores de TVLC que indicam uma alta mobilidade, com avanço da linha de costa em até 196 m entre 1954 e 1980. Apesar do engordamento entre as partes central e sul da praia, dada a presença de uma barra transversal, a dinâmica que se desenvolve nesta praia é intimamente influenciada pelo comportamento do sistema do delta da Baía de Guaratuba, o qual tem demonstrado que pequenas mudanças na configuração deste delta tem ocasionado mudanças significativas nas praias próximas a ele.

A Praia Brava de Caiobá apresentou baixa mobilidade, confirmando seu caráter mais estável de praia oceânica. O impacto ambiental causado na porção

norte desta praia e, em algumas épocas, nas porções central e sul, deve-se principalmente à intervenção humana sobre a face de pós-praia, quando houve a destruição de dunas frontais na década de 70.

FIGURA 8 - MAPA COM NÍVEIS DE VULNERABILIDADE DA COSTA PARA A PRAINHA



Para os setores de vulnerabilidade muito alta (Praia Central de Matinhos e Prainha) recomenda-se um programa de recuperação das praias, que envolva técnicos das áreas de dinâmica costeira e engenharia costeira, o que possibilitaria um projeto com grande segurança quanto aos seus resultados. Para os setores de alta vulnerabilidade recomenda-se uma avaliação individualizada de cada setor, com a indicação das melhores opções sobre quais atividades deveriam ser realizadas, sendo que, de imediato, poderia ser feito um trabalho detalhado com perfis praias periódicos, visando ao conhecimento das tendências da dinâmica das praias nestes setores.

A Praia Central de Matinhos e a Prainha apresentaram alta mobilidade e tiveram uma alta intervenção humana, com construção de residências sobre a face de pós-praia e posterior construção de enrocamentos para contenção das ondas. Esses fatores permitiram classificar algumas porções destas praias como de vulnerabilidade muito alta. No caso da Prainha a situação pareceu mais grave, uma vez que os valores de TVLC indicaram a mais alta mobilidade entre todas as praias estudadas, bem como uma intervenção humana sobre a face praias de 18.000 m<sup>2</sup> de área construída.

A alta mobilidade verificada nas praias Central de Matinhos e Prainha pode ter propiciado os conflitos de uso que culminaram nas construções de muros, espigões e enrocamentos. Na década de 60 e 70, além da pouca restrição e fiscalização para construções na área de orla marítima, eram escassos os estudos sobre a dinâmica natural das praias. Assim, sempre que ocorriam grandes avanços da linha de costa, o mercado imobiliário se encarregava de lotear as áreas de praia que passavam a ficar emersas. O ciclo posterior, com recuo da linha de costa, obrigou os proprietários e o serviço público a intervir para a contenção do mar, gerando o conflito do uso do solo e, conseqüentemente, o impacto ambiental.



## REFERÊNCIAS

SHORT, A. D.; HESP, P. A. Wave, beach and dune interaction in southeastern Australia. **Marine Geology**, v.48, p.259-284, 1982.

UNESCO. **Guidelines for vulnerability mapping of coastal zones in the Indian Ocean**. Paris, 2000. (Manuals and Guides n.38). 41p.

BESSA JR., ODUVALDO. **Interferência entre a ocupação urbana e a dinâmica natural no litoral sul do Paraná**. Curitiba, 2003. 153p. Tese (Doutorado - Departamento de Geologia, UFPR).

---

<sup>1</sup>Este artigo baseou-se na tese de doutorado defendida pelo autor, no curso de Pós-Graduação em Geologia da UFPR (BESSA JR, 2003).

# Paraná - Destaques Econômicos\*

*Julio Takeshi Suzuki Júnior, \*\*Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff, Shelbert Braz\*\*\**

## AGROPECUÁRIA

### Área do algodão cresce no Paraná

A área plantada do algodão deverá aumentar 26,5% na safra 2003/2004, passando de 30 mil para 38 mil hectares no Paraná, de acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

Estima-se que a produção estadual atinja 87,6 mil toneladas, com crescimento de 22,17% em relação ao ano anterior. O Estado segue uma tendência nacional, visto que a produção brasileira de algodão poderá crescer 25%, segundo estimativas da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab).

A expansão da cultura do algodão se deve aos bons preços do produto, que se encontram muito acima dos níveis registrados nos últimos anos.

AVANSINI, Carolina. Área de algodão cresce 26% no Paraná. **Folha de Londrina**, 18 nov. 2003. Caderno Economia, p.4.

## AGROINDÚSTRIA

### Avicultura paranaense bate recorde de produção

O Paraná atingiu novo recorde no abate de aves no mês de outubro. Foram abatidas 76,5 milhões de cabeças de frango no Estado, 12,5% acima do resultado registrado em outubro de 2002 (68 milhões) e 7,3% superior aos abates realizados em setembro deste ano (71,3 milhões).

De acordo com o Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Paraná (Sindiavipar), o Paraná é o maior produtor de carne de frango do país. No intervalo janeiro-outubro de 2003, foram abatidas 669,8 milhões de cabeças, superando em 8,6% o resultado obtido no mesmo período do ano passado, quando foram abatidas 616,3 milhões de cabeças pelos frigoríficos paranaenses.

AVICULTURA bate novo recorde de produção. **Folha de Londrina**, 20 nov. 2003. Caderno Economia, p.4.

## INDÚSTRIA

### Renault aumenta exportação de motores

A Renault do Brasil, localizada em São José dos Pinhais, vai ampliar sua produção anual de motores em 40 mil unidades a partir de janeiro de 2004, em razão de um contrato assinado pela montadora com outras duas unidades da empresa na França.

Em 2005, espera-se que as exportações destinadas às duas fábricas francesas aumentem para 60 mil unidades. O motor a ser exportado será o 1.4 litro de 16 válvulas, utilizado nas linhas Clio, Mégane e Scénic.

BORDINHÃO, Andréa. Renault aumenta a produção de motores para exportação. **Folha de Londrina**, 4 nov. 2003. p.3.

### Siemens transfere produção de centrais telefônicas para Curitiba

A Siemens está investindo US\$ 20 milhões na produção de centrais de telefonia fixa em Curitiba, com o objetivo de atender ao mercado corporativo. Na realidade, a produção está sendo transferida da Alemanha, o que deverá gerar economia de 15% a 20% para o grupo Siemens.

A fábrica de Curitiba, que atualmente conta com 1,2 mil funcionários, poderá criar 350 empregos diretos e 650 indiretos com o novo investimento. Em 2004, a Siemens espera obter uma receita adicional de US\$ 80 milhões com a nova linha de produtos, podendo atingir US\$ 100 milhões em 2005.

SHELLER, Fernando. Siemens transfere fábrica da Alemanha para Curitiba. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 21 nov. 2003. p.19.

### Vendas industriais crescem 6,65% em outubro

A indústria paranaense apresentou crescimento de 6,65% nas vendas em outubro, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). O referido aumento sofreu influência do segmento de perfumaria, sabões e velas, que cresceu 55,68%. Da mesma forma, os gêneros: bebidas, material de transporte, metalúrgica e mobiliário apresentaram aumento nas vendas, com variações positivas de 31,99%, 20,49%, 15,70% e 14,22%, respectivamente.

\*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/11/2003 a 18/12/2003.

\*\*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiários do IPARDES.

Apesar disso, no acumulado dos dez primeiros meses deste ano houve queda de 12,25% nas vendas industriais, em comparação com o mesmo período de 2002.

GASPARIN, Mirian. Vendas da indústria paranaense crescem 6,65% em outubro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 dez. 2003. p. 23.

---

## COMÉRCIO EXTERIOR

### Exportações de carne de frango crescem 42,9% no Estado

As exportações de carne de frango atingiram US\$ 333,7 milhões no intervalo de janeiro a setembro deste ano, superando em 42,9% as receitas obtidas no mesmo período de 2002 (US\$ 233,4 milhões), de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Com isso, o Paraná volta a ocupar o segundo lugar entre os estados exportadores. Já quanto ao volume exportado, o Estado ocupa atualmente a terceira posição, com 374,6 mil toneladas nos nove primeiros meses de 2003, quantidade 41,8% superior à comercializada no mesmo período do ano passado.

Em nível nacional, as exportações de carne de frango cresceram 25,7% este ano, atingindo um total de 1,43 milhão de toneladas.

EXPORTAÇÕES de frango do PR superam valor de 2002. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 nov. 2003. p. 25.

---

## NÍVEL DE ATIVIDADES

### Emprego cresce 0,64% no Paraná

O Paraná apresentou crescimento de 0,64% no emprego formal no mês de setembro, em comparação a agosto, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Foram criadas 10.113 vagas no Estado, sendo que 7.551 foram geradas no interior.

No intervalo de janeiro a setembro foram gerados no Paraná 82.330 postos de trabalho, dos quais 72.964 no Interior e 9.366 na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Isso significa que apenas 11,38% dos empregos formais foram gerados na RMC, o que evidencia a importância da agricultura, atividade com grande participação na economia do interior do Estado.

BORDINHÃO, Andréa. Emprego no PR cresceu 0,64%. **Folha de Londrina**, 4 nov. 2003. p.3.

---

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2003

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003 <sup>(1)</sup>	30 005	71 679	2 389	71 479	193 188	2 703	30 510	608 741	19 952

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003 <sup>(1)</sup>	123 201	118 000	958	369 836	31 049 199	83 954	50 340	154 246	3 064

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2003

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003 <sup>(1)</sup>	541 302	708 174	1 308	110 913	2 282 975	20 583	2 840 056	14 253 451	5 019

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003 <sup>(1)</sup>	539	1 361	2 525	3 649 117	11 009 597	3 017	1 187 250	2 977 843	2 508

FONTES: Seab/Deral, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - NOVEMBRO 2003

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Mai	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003												
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Mai	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - NOVEMBRO 2003

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Maio	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003												
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Maio	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2002

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002 <sup>(1)</sup>	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199

FONTE: MDIC/Secex

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2001-2002

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2002		2001		Variação (%)	2002		2001		Variação (%)	2002 (%)	2001 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 700 199	100,00	5 317 509	100,00	7,20	60 361 786	100,00	58 222 642	100,00	3,67	9,44	9,13
União Européia	1 859 928	32,63	1 890 819	35,56	-1,63	15 113 391	25,04	14 865 365	25,53	1,67	12,31	12,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 038 758	18,22	957 412	18,00	8,50	15 534 804	25,74	14 378 147	24,70	8,04	6,69	6,66
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 030 639	18,08	669 484	12,59	53,95	8 791 091	14,56	6 949 361	11,94	26,50	11,72	9,63
Oriente Médio	386 732	6,78	399 050	7,50	-3,09	2 341 756	3,88	2 041 257	3,51	14,72	16,51	19,55
Demais da Aladi	377 528	6,62	325 118	6,11	16,12	6 555 422	10,86	5 860 932	10,07	11,85	5,76	5,55
África	269 214	4,72	154 952	2,91	73,74	2 362 317	3,91	1 988 425	3,42	18,80	11,40	7,79
Mercosul	262 404	4,60	522 097	9,82	-49,74	3 310 817	5,48	6 363 655	10,93	-47,97	7,93	8,20
Europa Oriental	200 826	3,52	197 531	3,71	1,67	1 754 912	2,91	1 699 118	2,92	3,28	11,44	11,63
Outros <sup>(1)</sup>	274 170	4,81	201 046	3,78	36,37	4 597 276	7,62	4 076 382	7,00	12,78	5,96	4,93
IMPORTAÇÃO	3 333 814	100,00	4 929 457	100,00	-32,37	47 231 932	100,00	55 572 176	100,00	-15,01	7,06	8,87
União Européia	1 312 331	39,36	1 921 364	38,98	-31,70	13 069 515	27,67	14 822 476	26,67	-11,83	10,04	12,96
Mercosul	582 573	17,47	816 674	16,57	-28,67	5 615 048	11,89	7 009 316	12,61	-19,89	10,38	11,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	398 462	11,95	610 193	12,38	-34,70	10 437 889	22,10	13 043 347	23,47	-19,98	3,82	4,68
Ásia (excl. Oriente Médio)	315 346	9,46	409 865	8,31	-23,06	7 996 372	16,93	8 925 697	16,06	-10,41	3,94	4,59
África	232 895	6,99	468 845	9,51	-50,33	2 686 694	5,69	3 330 948	5,99	-19,34	8,67	14,08
Demais da Aladi	142 639	4,28	293 469	5,95	-51,40	2 610 788	5,53	2 991 963	5,38	-12,74	5,46	9,81
Europa Oriental	133 209	4,00	140 971	2,86	-5,51	918 720	1,95	1 112 520	2,00	-17,42	14,50	12,67
Oriente Médio	102 720	3,08	128 581	2,61	-20,11	1 479 413	3,13	1 472 282	2,65	0,48	6,94	8,73
Outros	139 509	3,41	190 062	2,83	-18,54	2 417 493	5,12	2 863 627	5,15	-15,58	4,70	4,87

FONTE: MDIC/Secex/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.



TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JANEIRO-NOVEMBRO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	2 354 454	35,68	1 906 866	35,70	23,47
Grão	1 061 653	16,09	856 527	16,04	23,95
Farelo	818 574	12,40	719 492	13,47	13,77
Óleo	474 227	7,19	330 847	6,19	43,34
Material de transporte	1 336 334	20,25	1 156 225	21,65	15,58
Automóveis	618 448	9,37	643 997	12,06	- 3,97
Motores para autoveículos	327 620	4,96	251 853	4,72	30,08
Autopeças	217 243	3,29	162 660	3,05	33,56
Tratores e partes	89 453	1,36	53 472	1,00	67,29
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	52 990	0,80	21 010	0,39	152,21
Autoveículos comerciais leves e pesados	27 038	0,41	20 667	0,39	30,83
Outros	3 540	0,05	2 566	0,05	37,97
Madeira	671 890	10,18	544 788	10,20	23,33
Compensados	301 183	4,56	211 609	3,96	42,33
Serradas	159 434	2,42	149 489	2,80	6,65
Obras de marcenaria/carpintaria	66 235	1,00	54 388	1,02	21,78
Molduras	57 712	0,87	64 415	1,21	- 10,41
Outros	87 326	1,32	64 885	1,21	34,58
Carnes	608 797	9,23	440 720	8,25	38,14
Aves	447 578	6,78	333 496	6,24	34,21
Suínos	88 538	1,34	54 938	1,03	61,16
Bovinos	58 787	0,89	42 876	0,80	37,11
Outros	13 894	0,21	9 409	0,18	47,66
Cereais	276 044	4,18	230 145	4,31	19,94
Milho	268 104	4,06	229 764	4,30	16,69
Outros	7 941	0,12	381	0,01	1 983,68
Máquinas e instrumentos mecânicos	175 834	2,66	95 777	1,79	83,59
Máquinas e implementos agrícolas	43 985	0,67	14 663	0,27	199,97
Refrigeradores/congeladores	34 003	0,52	16 558	0,31	105,35
Componentes hidráulicos	20 638	0,31	7 080	0,13	191,51
Outros	77 208	1,17	57 476	1,08	34,33
Açúcar	168 077	2,55	145 753	2,73	15,32
Em bruto	155 888	2,36	122 710	2,30	27,04
Refinado	12 189	0,18	23 043	0,43	- 47,10
Papel	161 135	2,44	121 234	2,27	32,91
<i>Kraftliner</i> para cobertura	45 372	0,69	29 131	0,55	55,75
<i>Kraft</i> p/escrita, impressão e gráfica	33 437	0,51	18 139	0,34	84,34
Cochê	29 321	0,44	24 657	0,46	18,92
Outros	53 005	0,80	49 308	0,92	7,50
Café	149 189	2,26	114 606	2,15	30,18
Solúvel	97 718	1,48	74 452	1,39	31,25
Grãos	42 352	0,64	29 338	0,55	44,36
Extratos, essências e concentrados	9 119	0,14	10 815	0,20	- 15,68
Metais comuns	100 870	1,53	62 733	1,17	60,79
Artefatos de ferro/aço	16 887	0,26	13 238	0,25	27,56
Outros	83 984	1,27	49 495	0,93	69,68
Químicos diversos	80 348	1,22	60 995	1,14	31,73
Couros e artigos derivados	61 085	0,93	84 037	1,57	- 27,31
Couro preparado ou curtido	36 943	0,56	57 153	1,07	- 35,36
Outros	24 142	0,37	26 884	0,50	- 10,20
Adubos e fertilizantes	52 829	0,80	25 196	0,47	109,67
Material elétrico	44 678	0,68	24 948	0,47	79,08
Componentes de telefonia/telegrafia	18 587	0,28	5 293	0,10	251,15
Condutores (inclui fibras óticas)	6 558	0,10	4 573	0,09	43,42
Outros	19 533	0,30	15 082	0,28	29,51
Minerais não metálicos	33 863	0,51	31 232	0,58	8,42
Outros	323 330	4,90	295 362	5,53	9,47
TOTAL GERAL	6 598 757	100,00	5 340 617	100,00	23,56

FONTE: MDIC/Secex/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 – IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JANEIRO-NOVEMBRO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	791 849	24,57	746 420	24,38	6,09
Autopeças	596 007	18,50	517 128	16,89	15,25
Motores para autoveículos	100 596	3,12	92 968	3,04	8,20
Automóveis	34 533	1,07	50 868	1,66	- 32,11
Tratores	20 345	0,63	16 938	0,55	20,11
Pneumáticos	14 000	0,43	38 536	1,26	- 63,67
Autoveículos comerciais leves e pesados	5 573	0,17	12 556	0,41	- 55,61
Outros	20 796	0,65	17 426	0,57	19,34
Combustíveis e lubrificantes	385 670	11,97	265 007	8,65	45,53
Óleo bruto de petróleo	344 939	10,70	239 625	7,83	43,95
Gases liquefeitos	16 366	0,51	3 648	0,12	348,59
Outros	24 365	0,76	21 734	0,71	12,11
Adubos e fertilizantes	338 388	10,50	235 553	7,69	43,66
Potássicos	115 593	3,59	102 309	3,34	12,98
Nitrogenados	62 136	1,93	40 495	1,32	53,44
Fosfatados	8 415	0,26	27 527	0,90	- 69,43
Outros	152 245	4,72	92 749	3,03	64,15
Máquinas e instrumentos mecânicos	332 121	10,31	329 653	10,77	0,75
Aparelhos de ar e compressores	59 685	1,85	50 991	1,67	17,05
Máquinas para usinagem de metais	27 899	0,87	25 821	0,84	8,05
Componentes hidráulicos	21 927	0,68	15 280	0,50	43,50
Partes de bombas p/ líquidos	20 946	0,65	10 551	0,34	98,53
Máquinas e implementos agrícolas	20 315	8,69	11 696	0,38	73,69
Rolamentos e esferas	17 299	0,54	12 329	0,40	40,31
Outros	164 050	5,09	202 985	6,63	- 19,18
Material elétrico	265 842	8,25	184 828	6,04	43,83
Componentes eletroeletrônicos	44 197	1,37	18 568	0,61	138,03
Equipamentos de telecomunicações/telefonias	38 112	1,18	23 376	0,76	63,04
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	20 509	0,64	15 668	0,51	30,90
Transformadores/conversores	18 250	0,57	10 430	0,34	74,98
Outros	144 774	4,49	116 786	3,81	23,97
Produtos químicos diversos	207 082	6,43	219 463	7,17	- 5,64
Soja	193 486	6,00	129 944	4,24	48,90
Grão	183 228	5,69	120 355	3,93	52,24
Outros	10 258	0,32	9 589	0,31	6,98
Metais comuns	101 621	3,15	90 975	2,97	11,70
Artefatos de ferro/aço	52 744	1,64	37 311	1,22	41,37
Materiais de alumínio	14 433	0,45	17 957	0,59	- 19,62
Outros	34 444	1,07	35 707	1,17	- 3,54
Cereais	99 166	3,08	60 669	1,98	63,45
Trigo	67 473	2,09	43 834	1,43	53,93
Milho	16 423	0,51	6 582	0,21	149,50
Outros	15 270	0,47	10 253	0,33	48,93
Matérias plásticas	93 699	2,91	114 021	3,72	- 17,82
Matérias-primas plásticas	31 566	0,98	59 778	1,95	- 47,19
Artefatos plásticos	28 232	0,88	24 171	0,79	16,80
Chapas, folhas e tiras plásticas	23 539	0,73	19 915	0,65	18,20
Outros	10 361	0,32	10 156	0,33	2,02
Papel e celulose	64 434	2,00	55 746	1,82	15,59
Pasta química	34 267	1,06	24 383	0,80	40,54
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	15 605	6,67	17 743	0,58	- 12,05
Outros	14 562	0,45	31 363	1,02	- 53,57
Artefatos de borracha	47 003	1,46	37 679	1,23	24,74
Fios e tecidos	38 311	1,19	59 091	1,93	- 35,17
Sintéticos	38 238	1,19	58 809	1,92	- 34,98
Outros	73	0,00	282	0,01	- 74,05
Minerais não metálicos	29 859	0,93	31 296	1,02	- 4,59
Outros	233 865	7,26	501 777	16,39	- 53,39
TOTAL GERAL	3 222 396	100,00	3 062 120	100,00	5,23

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2003

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
2002	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	238 354	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	250 341	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	266 041	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	338 203	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Maio	364 982	312 697	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	231 296	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	289 527	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	269 202	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	274 074	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	332 745	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	259 128	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	271 693	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 <sup>(1)</sup>	6 598 758	3 222 396	3 376 362	66 335 991	44 264 495	22 071 497
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 330	1 154 881
Fevereiro	405 642	230 867	174 775	5 001 174	3 885 849	1 115 325
Março	530 027	268 303	261 724	5 238 699	3 702 974	1 535 725
Abril	657 474	289 707	367 767	5 710 491	3 987 954	1 722 537
Maio	716 000	269 674	446 326	6 372 184	3 854 150	2 518 034
Junho	630 768	286 864	343 904	5 874 570	3 520 451	2 354 119
Julho	562 814	338 650	224 164	6 104 456	4 048 809	2 055 647
Agosto	830 396	289 514	540 882	6 403 412	3 729 956	2 673 455
Setembro	668 309	320 705	347 604	7 280 148	4 611 269	2 668 975
Outubro	662 857	324 275	338 581	7 565 644	5 024 831	2 540 813
Novembro	591 165	371 976	147 189	5 980 003	4 248 017	1 731 986

FONTE: MDIC/Secex/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-NOVEMBRO 2003

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Maio	0,47
2000	6,23	Junho	0,55
2001	5,90	Julho	0,52
Janeiro	0,89	Agosto	0,60
Fevereiro	-0,17	Setembro	1,12
Março	0,17	Outubro	1,44
Abril	0,67	Novembro	2,95
Maio	0,45	Dezembro	1,53
Junho	0,31	2003	6,51
Julho	1,05	Janeiro	1,88
Agosto	0,30	Fevereiro	0,61
Setembro	0,31	Março	1,19
Outubro	0,72	Abril	0,87
Novembro	0,42	Maio	0,51
Dezembro	0,64	Junho	-0,11
2002	12,02	Julho	0,06
Janeiro	0,88	Agosto	0,43
Fevereiro	0,20	Setembro	0,43
Março	0,40	Outubro	0,26
Abril	0,78	Novembro	0,21

FONTE: IPARDES

TABELA 9 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - OUTUBRO 2003

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Junho	81	900
1977	1 356	8 826	Julho	52	929
1978	1 614	9 636	Agosto	78	719
1979	1 635	12 575	Setembro	129	695
1980	1 936	13 482	Outubro	213	741
1981	1 954	14 105	Novembro	260	613
1982	1 179	6 606	Dezembro	264	614
1983	1 079	3 345	2002	2 448	9 752
1984	1 748	7 921	Janeiro	301	401
1985	2 167	9 728	Fevereiro	279	652
1986	2 029	10 588	Março	286	702
1987	2 121	9 479	Abril	132	901
1988	1 567	8 847	Maiο	126	787
1989	1 386	6 189	Junho	128	635
1990	885	4 111	Julho	40	1 180
1991	584	2 677	Agosto	142	921
1992	593	2 893	Setembro	234	1 066
1993	1 038	4 475	Outubro	292	1 148
1994	1 707	9 011	Novembro	270	860
1995	859	5 095	Dezembro	218	499
1996	897	4 180	2003	2 478	9 052
1997	1 296	6 062	Janeiro	220	478
1998	1 380	6 025	Fevereiro	238	734
1999	1 351	4 854	Março	247	776
2000	1 692	6 251	Abril	129	955
2001	2 046	8 307	Maiο	192	1 040
Janeiro	265	237	Junho	196	929
Fevereiro	233	615	Julho	220	1 084
Março	278	851	Agosto	317	1 126
Abril	150	501	Setembro	324	1 063
Maiο	43	892	Outubro	395	867

FONTE: Anfavea; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-OUTUBRO 2003

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES <sup>(1)</sup>	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
Janeiro	423	437	8 945
Fevereiro	584	423	13 872
Março	448	595	17 092
Abril	300	575	17 049
Maio	-	793	21 740
Junho	-	354	15 415
Julho	-	555	16 699
Agosto	-	529	15 640
Setembro	-	470	14 456
Outubro	-	476	11 801
Novembro	-	319	12 739
Dezembro	-	328	3 993
2002	5 063	5 552	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	437	8 853
2003	8 044	5 067	109 627
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maio	999	560	13 296
Junho	1 032	405	9 901
Julho	1 253	590	6 729
Agosto	945	543	9 278
Setembro	283	505	9 832
Outubro	443	715	13 134

FONTE: Anfavea

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 11 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -  
DEZEMBRO 2002-OUTUBRO 2003

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Maio	10,20
Junho	10,20
Julho	10,30
Agosto	8,40
Setembro	8,40
Outubro	8,50

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.